

Fichamento 1 - Prefácio e Capítulo 1 - Anna Lídia Garcia

Referência: Carone, I. & Bento, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo** - Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

- O prefácio da obra foi escrito pelo antropólogo brasileiro-congolês Kabengele Munanga, que é especialista em antropologia da população afrobrasileira e doutor em antropologia pela Universidade de São Paulo, onde se aposentou como professor. Atualmente é professor visitante sênior da Universidade Federal do Recôncavo Baiano.
- Analogia do preconceito racial ao iceberg: a parte aparente corresponderia aos preconceitos manifestos, às práticas discriminatórias expressas nos comportamentos individuais e sociais. A parte submersa seria o racismo invisivelmente presente, desvelando seus atravessamentos na estrutura psíquica.
- Considera a Psicologia uma área de conhecimento qualificada para analisar os fenômenos subjetivos ligados aos processos de identificação e de autoestima individual e coletiva de negros/as, mas criticou a Psicologia Social por deixar lacunas quanto aos estudos desses fenômenos. Este argumento eleva a importância do trabalho da Dr^a Iray Carone, entre 1992 e 1996, com a pesquisa “A força psicológica do legado social do branqueamento - um estudo sobre a negritude em São Paulo”, que reuniu os esforços de um conjunto de pesquisadores/as, cujos achados de pesquisa estão reunidos neste livro publicado em 2002 e organizado por ela e a Dr^a Maria Aparecida Silva Bento.
- O objetivo da pesquisa era justamente o de analisar os efeitos psicológicos do legado do branqueamento sobre o processo de construção da identidade negra.
- A miscigenação foi implementada com um sentido político de homogeneização biológica da qual dependeria a formação da identidade nacional. O branqueamento foi uma estratégia de arianizar a população brasileira, que embora pudesse ficar fenotipicamente mais branca, permanecia genotipicamente mestiça. A crença que vigorava é que a presença de índios, negros e dos próprios mestiços prejudicaria o projeto de nação que já se construiu assentado em pressupostos racistas.
- O pensamento social e científico mantinha a visão do mestiço como anormal, degenerado e fruto de uniões indesejáveis e contra a natureza, seria uma raça bastarda, imoral, estéril, etc. A narrativa mais positiva sobre o mestiço diz respeito ao vigor físico, adaptação ao clima e dons artísticos do negro e a luz ou racionalidade branca, como se nele se concentrasse o melhor das raças.

- A racialização das atitudes e comportamentos sociais se configura o principal interesse das ciências humanas e da Psicologia Social, especialmente quanto a interiorização destes constructos raciais, que deixam marcas invisíveis no imaginário e nas representações coletivas, dificultando os processos de construção de uma identidade individual e coletiva e, sobremaneira, de uma identidade positiva.
- Introjeção do ideal do branqueamento na maioria da população brasileira, negra e branca, que conduz à alienação e ao embranquecimento físico e cultural através da miscigenação. Para além da questão identitária, este ideal gera efeitos devastadores sobre a autoestima da população negra e supervalorização da branquitude.

Carone, I. **Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre questão racial brasileira.** In Carone, I. & Bento, M. A. S. (Orgs.). Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

- A pesquisa da Dr^a Iray Carone, uma das organizadoras da obra e autora deste capítulo, derivou do contato com a literatura sociológica brasileira da chamada “escola paulista”, da Universidade de São Paulo, que na década de 50, com o financiamento da Unesco, deu início ao que se chamou de “maior empreendimento científico de compreensão das relações raciais no Brasil”.
- Estes estudos estabelecem suas bases históricas nas produções do médico psiquiatra baiano, Nina Rodrigues, e do sociólogo pernambucano, Gilberto Freyre, mas que, apesar disso, proporcionaram um avanço significativo para identificar a falácia da democracia racial brasileira.
- A miscigenação como instauração da democracia racial foi, na verdade, parte da escravidão colonial através de um processo determinado pela violência e exploração colonial.
- Nos termos da política, acreditava-se que as raças mais desenvolvidas evolutivamente deveriam civilizar, tutelar ou absorver as raças evolutivamente inferiores.
- Os positivistas foram os principais articuladores de argumentos pró-branqueamento da população negra após a abolição.
- Outro argumento pró-branqueamento fundamentava-se no pensamento liberal a favor da modernização industrial do Brasil e da imigração de mão de obra europeia, para o desenvolvimento econômico do país.

- Este projeto de modernização estava carregado de preconceitos, apesar de retratar o Brasil como um paraíso das relações interraciais. Os liberais que tocavam este projeto queriam o apoio das elites para tornar atrativa a vinda da mão de obra europeia, renegando postos de trabalho assalariado a pessoas negras.
- Branqueamento como uma espécie de darwinismo social, onde a seleção natural levaria a uma arianização, uma purificação étnica. Pelo clareamento se dá a vitória do branco sobre o negro, com o benefício de estar adaptado às condições brasileiras.
- Levantam a hipótese de que o resultado dessas políticas de branqueamento poderia não ser a extinção do negro, o que aplacaria a consciência branca, mas sim o aumento do número de não brancos na população brasileira.
- A ideologia do branqueamento sofreu importantes mudanças no imaginário social, se antes partia das necessidades, anseios e medos das elites brancas, depois passou a ganhar conotações que atribuíam aos negros o desejo de embranquecer e acessar os privilégios da branquitude por inveja, imitação ou falta de uma identidade étnica positiva, ou seja, a representação dos negros construída pela branquitude é uma patologia peculiar à eles.
- A autora relata que até 1994 o grupo de pesquisadores não tinha se dado conta das implicações de produzir um estudo sobre os efeitos do branqueamento na dimensão psicológica do negro brasileiro, pois, segundo ela, ainda estavam restritos à literatura sociológica dos anos 50.
- Questionar as motivações conscientes e inconscientes dessas formações ideológicas que atribuíam ao negro a doença e a possibilidade de alcançar a compreensão dos atravessamentos psicológicos do branqueamento e do racismo sem considerar o sujeito preconceituoso, e verdadeiro autor das representações negativas sobre o negro, se configurou como a virada de pensamento que redirecionou a trajetória do estudo, momento referido como início do descobrimento dos segredos da branquitude.
- O percurso pela branquitude permitiu esboçar os privilégios não anunciados, os medos, pulsões e projeções, os racismos inconfessos dos brancos.
- Maria Aparecida Silva Bento já mostrava em sua dissertação de mestrado que a categoria negro era construída pela ótica do branco, fato que revelava mais da sua própria psicologia (dimensão projetiva da imagem) do que sobre a do negro.

- Edith Piza, uma das coautoras desta obra, publicou um artigo que analisava a diferença de percepção social de negros e brancos. Enquanto o branco é representa a si mesmo, um indivíduo no sentido estrito da palavra, o negro, por outro lado, representa uma coletividade racializada em bloco.
- Os trabalhos de Maria Aparecida Silva Bento e Edith Piza redimensionaram os estudos da branquitude no Brasil, reconhecendo a importância política de por no foco da investigação o preconceito e a discriminação racial imbricados nas relações sociais, pensamento que reinsereu o debate sobre o conceito de raça.
- Por mais que a ciência afirme que raça é uma construção social e ideológica por se referir à espécie humana, a falsidade ideológica do conceito não muda as experiências comuns ao grupo desprivilegiado com base no critério de cor.
- O racismo, apesar das leis e normas politicamente corretas de manifestar contrariedade ao preconceito, apenas sofreu modificações quanto a sua forma de expressão.